



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

14/11/2012



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. EVENTOS.....	1 - 2
2. JORNAL AQUI	
2.1. COMARCAS.....	3 - 5
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. DECISÕES.....	6 - 7
3.2. EVENTOS.....	8 - 10
3.3. JUÍZES.....	11
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. DECISÕES.....	12 - 13
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. COMARCAS.....	14 - 16
5.2. DECISÕES.....	17 - 19
5.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	20
5.4. SEGURANÇA.....	21
5.5. SEM ASSUNTO.....	22
5.6. SERVIDORES.....	23
5.7. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	24
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. CNJ.....	25
6.2. JUÍZES.....	26
6.3. SEM ASSUNTO.....	27 - 28
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. DECISÕES.....	29
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. CNJ.....	30 - 31
8.2. DECISÕES.....	32 - 33
8.3. DESEMBARGADORES.....	34
8.4. EVENTOS.....	35
8.5. JUÍZES.....	36
8.6. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	37 - 38

TJ, DPE e OAB assinam convênio para viabilizar centros de conciliação



↳ Aldy Meilo Filho e demais autoridades participam da cerimônia de instalação do Cejusc

Pág. 4

TJ, DPE e OAB assinam convênio para viabilizar centros de conciliação

Aldy Mello Filho e demais autoridades participam da cerimônia de instalação do Cejusc



Foram inaugurados, na manhã desta segunda-feira (12), dois Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), localizados no Fórum Desembargador Sarney Costa e na Rua do Egito, onde o cidadão poderá buscar acordos para solucionar demandas de seu interesse. O defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, participou da solenidade de instalação do Cejusc no Fórum do Calhau.

Na oportunidade, o defensor geral assinou termo

de cooperação com o TJMA e com a OAB/MA visando contribuir na implementação dos Centros. "No Brasil, tem prevalecido a cultura de que todas as demandas devam ser submetidas à apreciação do Judiciário, daí a importância de se estimular a utilização de métodos alternativos de solução de conflitos, como a mediação e a conciliação, que promovem a resolução dos litígios de maneira simplificada, célere e econômica, transformando o paradigma adversarial em

paradigma cooperativo, já que com a realização de um acordo, não há vencedor nem vencido, ao contrário, todos ganham", explicou Aldy Mello Filho.

Pelo termo, caberá à Defensoria encaminhar aos Cejuscs demandas de menor complexidade, em que as partes manifestem interesse mútuo na celebração do acordo. Por outro lado, não tendo sido obtido o consenso entre as partes, os Centros encaminharão as partes para atendimento regular pela Defensoria.

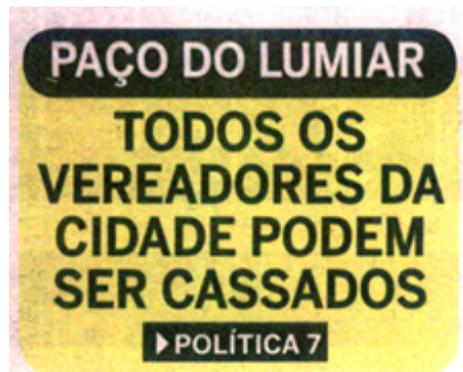
Para o desembargador José Luiz Almeida, presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos do TJMA, a criação dos Cejuscs constitui um marco definitivo na Justiça do Maranhão. "Todos nós devemos nos engajar na busca da mudança cultural pela autocomposição", afir-

mou.

O corregedor geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, reforçou a necessidade de incentivar a conciliação. "Um acordo sempre será melhor do que uma briga, já que através dele a questão será solucionada de forma mais rápida e com um menor custo", destacou.

Os Cejuscs foram idealizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e são voltados a resolver tanto aqueles conflitos que ainda não foram judicializados quanto aqueles que já estão em andamento judicial. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone 0800-707-1581.

Também participaram da solenidade, o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos e a vice-presidente da seccional da OAB/MA, Valéria Lauande.



▶ INVESTIGAÇÃO ◀

CAÇANDO VEREADORES

Ação popular movida na Justiça Federal pode cassar o mandato de todos os vereadores de Paço do Lumiar

MARIANA SALGADO

Mesmo prestes a acabar o mandato de vereadores e prefeitos eleitos em 2008, todos os vereadores da atual Câmara de Paço do Lumiar correm o risco de serem afastados de seus cargos. Isso porque, todos os legisladores e a prefeita Bia Venâncio (já afastada, no final de setembro, por decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão) são réus de vários processos judiciais, entre os quais, os que correm na Justiça Federal – uma ação popular e vários processos resultantes da Operação Allien, deflagrada pela Polícia Federal.

A ação popular foi requerida pelo professor de Filosofia José de Ribamar Correia. Eleitor de Paço do Lumiar, disse ter se sentido incomodado com práticas de corrupção recorrente no município e resolveu utilizar de seus direitos como cidadão, e exigir moralidade política por via judicial. Entrou com o processo em janeiro desse ano, pedindo, entre 20 itens, o afastamento imediato de todos os vereadores, bloqueio de bens e a devolução de todo dinheiro desviado.

“Os vereadores são tão culpados quanto à prefeita, mas saíram escapando dos processos, então foi feita a ação popular incluindo todos os



JOSÉ RIBAMAR CORREIA SE DIZ INCOMODADO COM CORRUPÇÃO

vereadores”, declarou o professor, que os acusa por desvios e lavagem de recursos públicos, obtenção fraudulenta de recursos federais mediante falsa informação e não aplicação dos recursos. Além de falsificações de documentos públicos, apropriação indébita de recursos da previdência municipal, controle de parte da imprensa e blindagem no judiciário, ações penais já aceitas pelo Tribunal de Justiça do Estado e outros crimes e favorecimento dos vereadores em troca de apoio mediante vagas de emprego na prefeitura e omissão do dever de fiscalizar.

Correia acredita que, entre as práticas mais graves cometidas pelos acusados, aconte-



JUIZ NELSON DIZ QUE AÇÕES POPULARES SÃO LEGÍTIMAS

cia quando os vereadores do município, em troca de cargos na Secretaria de Saúde e Educação, não colocavam em pauta denúncias contra a prefeitura. Ele diz ter provas, ao mostrar um ofício feito por uma funcionária da prefeitura, contando o nome do vereador e os cargos disponíveis. Para explicar os envolvimentos dos políticos luminenses, Correia conta sobre a omissão de documentos como provas contra a corrupção na prefeitura de Paço do Lumiar, entregues na Câmara: “Foram entregues cinco dossiês, protocolados na Câmara. Os vereadores pegaram o material e venderam para prefeita. Chantagearam ela”, afirma.

FOTOS: HONÓRIO MOREIRA IMPARCIAL

Movimento S.O.S Paço do Lumiar

José de Ribamar integra o movimento S.O.S. Paço do Lumiar, que surgiu no final de 2010, quando 12 entidades (entre associações e grupos comunitários) resolveram se unir contra a corrupção do município. "Nasceu por força do grito popular das pessoas contra a corrupção de Paço. Fizemos algo para chamar atenção da imprensa", relata Edgar Ribeiro, que ainda construiu um blog no intuito de divulgar os problemas.

Durante o período de atuação, o grupo levantou várias provas. O que ajudou a Polícia

Federal quando iniciou a Operação Allien. A força de vontade dos integrantes do movimento moveu seis pessoas do grupo, em fevereiro deste ano, a irem à Brasília para denunciar os esquemas de corrupção de Paço do Lumiar. "Foram seis pessoas para Brasília, com tudo pago pelos próprios moradores, que fizeram cotas. Entregamos cópias de dossiês em todos os setores competente em Brasília: Câmara Federal, Tribunal Superior de Justiça e Senado", contou Edgar, que conclui: "Fizemos tudo que esteve em nosso alcance".

■ VEREADORES ENVOLVIDOS ■

Vereadores de Paço do Lumiar citados no processo da atual legislatura: Alderico Campos, Zé Gomes, Itaparandi, Charuto, Júnior do Mojó, Raimundo Careca, Fernando Muniz, Jorge Maru, Orlete, Dr. Wil-

son e Almeida

Vereadores envolvidos no processo que vão ter um novo mandato a partir de 2013: Alderico Campos, Jorge Maru, Charuto, Itaparandi e Orlete.

Ex-vereador de Alcântara é condenado por improbidade

PÁGINAS 3

Ex-vereador de Alcântara é condenado por improbidade administrativa

O ex-presidente da Câmara Municipal de Alcântara, Ramilton das Mercês Lemos Pereira, foi condenado por improbidade administrativa pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em sessão de ontem (13). Além de ter que ressarcir os cofres municipais, ele está proibido de contratar com o Poder Público pelo prazo de três anos.

O ex-vereador, que teve também os direitos políticos suspensos, foi condenado inicialmente pelo juízo da comarca de Alcântara, após ter sido acionado pelo Ministério Público Estadual, que o acusou de improbidade administrativa por vários atos irregulares no exercício do cargo, como emissão de ordem de pagamento sem assinatura dos credores; comprovação de despesas de documentos rasurados e notas fiscais inidôneas.

Em recurso, Ramilton

Pereira pedia a reforma do julgamento, argumentando que teria prestado as contas de seus atos enquanto agente público, o que o isentaria de irregularidades.

Contestando os argumentos da defesa, o relator do processo, desembargador Marcelo Carvalho, explicou que a Lei de Improbidade tem o objetivo de punir agentes públicos que agem contra os princípios constitucionais da Administração Pública. No caso, destacou as diversas condutas atestadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), que julgou irregulares as contas apresentadas pelo presidente da Câmara no exercício financeiro de 1997.

O relator entendeu estar devidamente caracterizada a vontade livre e consciente do ex-vereador em agir contra a lei de improbidade, ao cometer diversos atos ilegais.

Cleones Cunha destaca importância da conciliação para o Judiciário



Durante instalação de dois Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) em São Luís, o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha (foto), destacou a importância da conciliação para o Judiciário. Para ele, conciliando, todos saem ganhando e tempo e custos são poupados para todas as partes. O corregedor representou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Des. Guerreiro Júnior, durante as solenidades.

PÁGINA 3

Cleones Cunha destaca importância da conciliação para o Judiciário

Durante instalação de dois Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) em São Luís, o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, destacou a importância da conciliação para o Judiciário. Para ele, conciliando, todos saem ganhando e tempo e custos são poupados para todas as partes. O corregedor representou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Des. Guerreiro Júnior, durante as solenidades.

"Nenhum momento mais oportuno para a instalação destes centros! Estamos em pela Semana Nacional da Conciliação, com trabalhos significativos no Maranhão. Foram 20 mil audiências agendadas e, até agora, milhares de acordos. Se tivermos 10 mil acordos, são 10 mil menos processos no Judiciário maranhense e isso é muito benéfico. Tempo e custos são poupados. Tempo dos advogados, da Justiça e das partes envolvidas que saem satisfeitas, com o seu



Desembargadores Cleones Cunha e José Luiz Almeida

problema resolvido", declarou o corregedor Cleones Cunha no Fórum Des. Sarney Costa, na manhã de segunda-feira (12), sede de um dos Centros de Solução de Conflitos Judiciais de São Luís.

Segundo o Des. José Luiz Almeida, presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos do TJMA, a prática da conciliação é um objetivo do Judiciário nos dias de hoje, ressal-

tando o empenho que ele e todos os envolvidos estão tendo para difundir a prática da conciliação. "Agradeço aqui todos que estão envolvidos neste trabalho, os que estão dando todo o apoio. [...] Queremos, através de parcerias, como as firmadas hoje, desenvolver a prática da conciliação pré-processual. Eu acredito nisso", disse o magistrado durante o seu discurso no Fórum Des. Sarney Costa.

Durante a instalação do centro, o Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA e a Defensoria Pública do Maranhão firmaram parceria com a empresa Vivo e com a Cemar, para facilitar a comunicação e, conseqüentemente, a designação de audiências de conciliação (pré-processuais).

Além do Centro de Solução de Conflitos Judiciais do Fórum Des. Sarney Costa, foi instalado o centro localizado na Rua do Egito, com a presença dos desembargadores Cleones Cunha, José Luiz Almeida e Lourival Serejo, dos juizes auxiliares da Presidência do TJMA, Nilo Ribeiro e Francisca Galiza, da coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, Márcia Cristina Chaves, do coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, do juiz da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica contra a Mulher, Nelson Moraes Rêgo, do superintendente do Procon/MA, Cléber Moreira Neto, entre outras autoridades.

TJ, DPE e OAB assinam convênio para viabilizar centros de conciliação

Foram inaugurados, na manhã de segunda-feira (12), dois Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), localizados no Fórum Desembargador Sarney Costa e na Rua do Egito, onde o cidadão poderá buscar acordos para solucionar demandas de seu interesse. O defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, participou da solenidade de instalação do Cejusc no Fórum do Calhau.

Na oportunidade, o defensor geral assinou termo de cooperação com o TJMA e com a OAB/MA visando contribuir na implementação dos Centros. "No Brasil, tem prevalecido a cultura de que todas as demandas devam ser submetidas à apreciação do Judiciário, daí a importância de se estimular a utilização de métodos alternativos de solução de conflitos, como a mediação e a conciliação, que promovem a resolução dos litígios de maneira simplificada, célere e econômica, transformando o paradigma adversarial em paradigma cooperativo, já que com a realização de um acordo, não

há vencedor nem vencido, ao contrário, todos ganham", explicou Aldy Mello Filho.

Pelo termo, caberá à Defensoria encaminhar aos Cejuscs demandas de menor complexidade, em que as partes manifestem interesse mútuo na celebração do acordo. Por outro lado, não tendo sido obtido o consenso entre as partes, os Centros encaminharão as partes para atendimento regular pela Defensoria.

Para o desembargador José Luiz Almeida, presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos do TJMA, a criação dos Cejuscs constitui um marco definitivo na Justiça do Maranhão. "Todos nós devemos nos engajar na busca da mudança cultural pela autocomposição", afirmou.

O corregedor geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, reforçou a necessidade de incentivar a conciliação. "Um acordo sempre será melhor do que uma briga, já que através dele a questão será solucionada de forma mais rápida e com um menor custo", destacou.

Encontro oportuno!

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, deputado Arnaldo Melo (PMDB), reuniu os parlamentares em seu gabinete, na manhã de ontem, para tratar do I Encontro dos Legisladores Municipais do Maranhão que a Casa realiza no dia 6 de dezembro no Centro de Comunicações Pedro Neiva de Santana, no Sebrae.

Programação definida

A programação, conforme informou, na oportunidade, o Diretor Institucional da AL, Ivan Sarney, inicia às 8h do dia 6 de dezembro, com o pronunciamento do presidente Arnaldo Melo. Às 9h, o ministro Raimundo Carreiro, do Tribunal de Contas da União, dá início ao ciclo de palestras com o tema "A vivência no parlamento". O tema "A missão das Câmaras Municipais na Democracia Brasileira" terá como palestrante o desembargador José Bernardo Rodrigues, corregedor do Tribunal de Justiça do Maranhão.

08

POLÍCIA

Homicida de quatro pessoas no Estado é mantido preso



A 3ª Câmara do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença que condenou Almir Pereira da Silva a 56 anos de prisão em regime fechado, por ter assassinado quatro pessoas a tiros, em uma chacina no município de Santo Antônio dos Lopes.

DECISÃO JUDICIAL

Homicida de quatro pessoas no Estado é mantido preso



Des. Froz Sobrinho destacou o procedimento adotado durante processo

A 3ª Câmara do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença que condenou Almir Pereira da Silva a 56 anos de prisão em regime fechado, por ter assassinado quatro pessoas a tiros, em uma chacina no município de Santo Antônio dos Lopes. A decisão unânime do colegiado manteve, na íntegra, a decisão do Tribunal do Júri daquela comarca, presidido pela juíza Alessandra Lima Silva.

Pereira cometeu o crime na

madrugada do dia 7 de novembro de 2009, no bar do Frazão, à margem da BR-135. Após discussão por conta do sumiço de R\$ 80,00 de sua carteira, o assassino amarró as vítimas Cleonice da Silva Sá Santos, a "Nenzinha", Domingos dos Santos, Elizete e Marilene da Silva Cardoso, conhecida como "Pretinha", deferindo vários disparos contra elas. Pereira, 27 anos, é suspeito de ter assassinado cerca de quin-

ze pessoas no país e atualmente encontra-se preso na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís.

A defesa ingressou com recurso de apelação pedindo anulação da sentença, alegando não existir provas contra Almir Pereira e de ter havido falhas no julgamento do Tribunal do Júri. Argumentou que houve cerceamento de defesa (limitação na produção de provas) e o uso de forma ilegal de algemas no acusado durante a sessão.

Para o desembargador Fróz

Sobrinho, relator do processo, o procedimento adotado seguiu rigorosamente os ditames legais, não cabendo a anulação de sentença sugerida pela defesa. "A materialidade do crime está comprovada por meio do laudo de exame cadavérico e a decisão dos jurados de acordo com as provas acostadas aos autos, não merecendo qualquer reforma", destacou.

O desembargador considerou justificada a medida adotada pela magistrada na utilização de algemas. "O juiz que preside o Tribunal do Júri tem a obrigação de zelar pela ordem e segurança na sessão, podendo adotar certas medidas para assegurar o prosseguimento do julgamento livre de embaraços de qualquer natureza, ainda mais, por ser o réu um criminoso de alta periculosidade", explicou.

O voto do relator foi pelo desprovimento do recurso, sendo seguido pelos desembargadores Joaquim Figueiredo e Raimundo Nonato de Souza, conforme parecer do Ministério Público.

Flora Dolores



Trator derruba casebres de terreno no Parque Araçagi II, em São José de Ribamar, em ação de reintegração de posse. Moradores entraram em confronto com a polícia; foram apreendidos coquetéis molotov e armas brancas. **Cidades 2**



Reintegração de posse é marcada por confronto no Parque Araçagi II

Cerca de 500 famílias ocupavam terreno particular havia oito meses e foram despejadas ontem em cumprimento de determinação judicial

Uma ação de reintegração de posse resultou, na manhã de ontem, em um confronto entre a Tropa de Choque da Polícia Militar do Maranhão (PM) e invasores de um terreno de propriedade privada na Avenida São Paulo, no Parque Araçagi II, no município de São José de Ribamar. Os moradores estavam revoltados e alegavam não ter sido avisados antecipadamente do cumprimento da determinação judicial. Eles disseram também não ter para onde ir após o despejo.

Há aproximadamente oito meses, cerca de 500 famílias que antes viviam em casas alugadas invadiram o terreno, de aproximadamente 6 mil metros quadrados, e construíram casebres. Os invasores são provenientes de vários bairros da Região Metropolitana de São Luís, como Parque Vitória, Cohafuma, Turu, Miritiua e Residencial Pirâmide.

De acordo com Cleones de Jesus, presidente da Associação dos Moradores do Parque Araçagi, a área estava com sinais de abandono e essa foi uma das razões para que as famílias o invadissem. "Essa era uma área que estava abandonada, sem muro e coberta de mato", disse o líder comunitário.

Decisão - A ação de reintegração de posse foi determinada pela juíza Livia Maria da Graça Costa



Flora Dolores

Atrás de barricadas, invasores tentam evitar reintegração de posse

Aguiar, titular da 1ª Vara da Comarca de São José de Ribamar. De acordo com o oficial de Justiça João Carlos Neves, uma cópia da decisão foi entregue aos moradores alertando-os de que ontem seria cumprida a decisão da Justiça.

"No dia 15 de agosto, foi deferida a liminar de reintegração de posse e depois entregue para eles uma cópia da decisão liminar. Como não houve nenhuma mudança a decisão está sendo cumprida", disse o oficial de Justiça.

Confronto - A ação de reintegração de posse começou a ser cumprida nas primeiras horas da manhã de ontem, mas, revoltados, os

moradores construíram barricadas na Avenida São Paulo com pedaços de madeira, pneus e outros objetos e atearam fogo no obstáculo, para impedir o acesso do trator que derrubaria os casebres.

O auge da revolta dos invasores foi quando um deles foi detido por policiais militares, uma vez que portava um coquetel molotov (espécie de bomba caseira) e se preparava para lançá-lo contra os policiais. Por causa dessa situação, os invasores entraram em confronto com os militares.

De acordo com o capitão Cleomenes Evaldo, do 8º Batalhão de Polícia Militar do Maranhão (8º BPM), que estava coordenando as

Mais

O vice-presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão (OAB), Rafael Silva, esteve no local para convencer as famílias a se retirar pacificamente do local e garantir que não houvesse abuso de autoridade das forças militares. Ele afirmou que entrou em contato com a Prefeitura de São José de Ribamar para solicitar um local provisório para abrigar as famílias despejadas e, no fim da tarde de ontem, ainda aguardava uma posição do Município.

atividades na área, a função dos militares era garantir que a decisão judicial fosse cumprida.

Aproximadamente 70 policiais, entre homens da Tropa de Choque e da Cavalaria, estavam presentes no local. Os invasores atiraram pedras e bombas caseiras contra eles, que revidaram o ataque com tiros para o alto. Por volta das 11h, a manifestação foi controlada e foram apreendidos várias bombas caseiras e armas brancas que estavam em poder dos invasores. Em seguida, foi dado cumprimento à decisão judicial, e um trator derrubou os casebres dos invasores que estavam na propriedade privada.

Servidores do Samu encerrarão greve, mas recorrerão de decisão

Cidades 1

Servidores do Samu vão encerrar greve, mas apelarão de decisão do TJ

Depois de 54 dias de movimento, trabalhadores têm de voltar a trabalhar, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil ao sindicato da categoria; assessoria jurídica da associação dos servidores recorrerá da decisão

Jock Dean
 Da equipe de **O Estado**

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ) decidiu, na noite de segunda-feira, dia 12, pelo retorno imediato dos socorristas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) ao trabalho, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil, a ser paga pelo Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais de São Luís (SINFUSP) e pela Associação dos Servidores do Município de São Luís (Assemu). Segundo a Associação dos Servidores do Samu, a categoria vai cumprir a decisão judicial, mas recorrerá da decisão.

O TJ julgou pedido de liminar na Ação Civil Pública movida pelo Município de São Luís, que requereu a declaração, pela Justiça, da ilegalidade da greve da categoria. O tribunal acatou o pedido, determinando que a categoria retorne ao trabalho em 10 dias, além de fixar multa diária de R\$ 10 mil, caso haja o descumprimento da decisão. Segundo a decisão judicial, a multa seria paga pelo SINFUSP e pela Assemu, e os servidores seriam pe-



Servidores do Samu iniciaram greve há 54 dias, por causa da estrutura precária que têm para trabalhar

nalizados com desconto, no contracheque, dos dias parados após a concessão da liminar.

De acordo com Lindomar Gomes da Silva, presidente da Associação de Servidores do Samu (ASS), a categoria vai cumprir a decisão judicial, mas a assessoria jurídica recorrerá da decisão. "Entraremos com um recurso contra essa decisão porque não temos como trabalhar nas condições atuais. O Samu tem apenas três ambulâncias para atender a uma cidade com mais de um milhão de habitantes, quando o ideal seriam 11 veículos", afirmou.

O secretário de Finanças do SINFUSP, Cristóvão de Lima Araújo, informou que a categoria e as entidades envolvidas na greve voltarão a se reunir para

retomar as negociações entre grevistas e a Prefeitura de São Luís. "Queremos sensibilizar o judiciário quanto às nossas condições precárias de trabalho. Com isso, esperamos reverter a decisão favorável ao Município. Até lá, os servidores retomarão suas atividades, como determinou a Justiça", disse.

Greve - A greve dos servidores do Samu completa 54 dias hoje e a principal reivindicação da categoria foi melhoria nas condições de trabalho. O movimento teve início no dia 21 de setembro, mas antes, nos dias 18 e 19, foram feitas paralisações de advertência de duas horas. Apenas três ambulâncias estão em funcionamento. Número insuficiente se-

gundo os grevistas e os socorristas. Médicos e motoristas se revezam na tarefa de fazer quase 100 atendimentos por dia na região metropolitana de São Luís. A central recebe de 300 a 400 ligações todo dia e boa parte das ocorrências são resolvidas por telefone mesmo.

Segundo Lindomar Gomes da Silva, a última reunião da categoria com representantes da Prefeitura ocorreu na sede da Secretaria Municipal de Saúde (Semus) quando ficou acertado que novas ambulâncias seriam entregues e a greve suspensa. O que não aconteceu. "Antes disso, já tivemos, em outra reunião com a Prefeitura, de abrir mão de todas as nossas demais reivindicações se as ambulâncias fossem entregues. Mas não fomos atendidos", informou.

Números

54 dias

é o tempo que já dura a greve do Samu

350

servidores é o total do quadro do serviço

11

é o número de ambulâncias de que o Samu precisa

6

é o número de ambulâncias funcionando hoje



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 59/2012
Processo n.º 8.481/2012

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, do Decreto Estadual n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO TOTAL, por LOTE**, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos do Laboratório Forense de Biologia do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no dia 29/11/2012, às 11:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís/MA. O pregoeiro informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 12 de novembro de 2012.

JONNILSON NOGUEIRA DOS PASSOS
Pregoeiro TJ/MA

Expediente

AÇAILÂNDIA - O juiz Ângelo Antônio Alencar dos Santos, titular da 1ª Vara, respondendo pela 4ª Vara e pela Diretoria do Fórum de Açailândia, assinou portaria suspendendo o expediente forense no fórum na segunda-feira (12). Os motivos são a invasão do prédio por três homens armados, ocorrida na noite de sábado (10), e a conclusão dos serviços de manutenção da rede elétrica do prédio. De acordo com o magistrado, os invasores levaram armas recolhidas em apreensões, principalmente relativas a processos da 5ª Vara de Açailândia, a mais atingida. Ainda não há precisão do que foi retirado do fórum.

Cerimonial

O professor e cerimonialista Elias Azulay está decolando com destino ao Rio de Janeiro, onde vai participar, de 15 a 17, no Hotel Windsor Atlântica, do XVIII Congresso Nacional de Cerimonial e Protocolo. Lá, ele fará uma palestra sobre “Cerimonial Universitário - tradição e modernidade”. A propósito: Uma boa caravana está indo do Maranhão para este evento. Nomes como Marizinha Raposo (Sacada), Carminha Cabral (Palácio dos Leões), Emílio Faray (Saúde), Aristéia Machado (Assembleia Legislativa), Marcia Banhos (TJMA), Eric Teixeira e Walkiria Moraes (PMSL), José Pestana (fundador do Comitê Nacional), entre outros. A caravana, aliás, leva uma missão: propor e trazer para São Luís a realização do próximo Congresso Nacional de Cerimonial, em 2013, quando será comemorado o 20º aniversário do Comitê que foi fundado aqui, no Governo Edison Lobão, em outubro de 1993.

Procon atenderá em dois postos no Ceuma

Novas unidades de atendimento aos consumidores funcionarão em escritórios-escola da Universidade Ceuma nos campi do Renascença e da Cohama, inaugurados ontem

Apouco mais de um mês para o Natal, o consumidor maranhense ganhou mais opções de assistência do Procon. Graças a uma parceria da Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor com a Universidade Ceuma e o Tribunal de Justiça do Maranhão, foram inaugurados ontem dois postos de atendimento do órgão. Um deles é no 7º Juizado Especial Cível das Relações de Consumo, em frente ao campus I do Ceuma, no Renascença II. Já o outro é no 9º Juizado Especial Cível das Relações de Consumo, no campus da Cohama.

Segundo o gerente-geral do Procon, Kleber José Moreira, os novos postos de atendimento, que funcionarão como escritórios-escola, são frutos de convênio firmado entre o Governo do Maranhão, a instituição de ensino e o Tribunal de Justiça. Ele diz que a ideia é aproximar ainda mais os consumidores do Procon e do Judiciário, bem como garantir maior rapidez às questões, beneficiando o consumidor.

Acordo - "O diálogo entre as partes é o caminho mais viável para se chegar a um acordo e alcançar soluções para questões além do âmbito das relações de consumo", frisou Kleber José, acrescentando que quem recorrer aos órgãos também poderá tentar solucionar questões relacionadas às esferas de família, conflitos de vizinhos, entre outros.



Marcos Barros, do Ceuma, fala durante inauguração de posto no campus I, localizado no Renascença II

Kleber José informou que, além dos novos postos de atendimento, o Procon manterá o atendimento na sede localizada na Rua do Egito (Centro) e nos Viva Cidadão. O horário de atendimento é das 8h, às 18h. O atendimento é gratuito.

Integração - Quanto aos trabalhos integrados, o Tribunal de Justiça do Maranhão deverá instalar nos dois locais serviços do Centro de Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusoc).

Para o juiz e coordenador do Núcleo Permanente de Méto-

Mais

O Procon é um serviço público, mantido pelo Governo do Estado, que tem como finalidade proteger, amparar e defender o consumidor de práticas comerciais enganosas ou que lhe tragam danos ou prejuízos.

dos Consensuais de Solução de Conflitos do TJ-MA, Alexandre Lopes de Abreu, a decisão de conciliação é democrática. "Diante de um diálogo entre as

partes e o juiz, no momento em que existe interesse de cumprir a lei, é possível uma resolução ágil e, a partir daí, garantir maior celeridade da Justiça à sociedade" destacou o juiz.

Para a direção do Ceuma, a parceria é de grande importância, pois, além de oferecer oportunidade de estágio aos acadêmicos do curso de Direito, fiscalizados por profissionais do Procon, os escritórios-escola permitem ampliar o atendimento à sociedade em geral e manter com eficácia as atividades de órgãos de defesa do consumidor e do Judiciário.

O Supremo quer aumento salarial _____

Se ganharem mais prazo do presidente do STF, Ayres Britto, para regulamentar o FPE e o FPM, os senadores vão sinalizar com um reajuste para o Judiciário em 2013. O relator da Comissão de Orçamento, Romero Jucá (PMDB-RR), vai estar lá.

Revisão

O Tribunal de Justiça do Maranhão terá de suspender, por determinação do Conselho Nacional de Justiça, a promoção, por merecimento, da juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira. Com os votos de sete conselheiros, ficou decidido que o TJMA deverá proceder a novo julgamento, a fim de avaliar de forma mais justa a produtividade da magistrada.

■ LEGISLATIVO

Assembleia vai realizar encontro de vereadores

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, deputado Arnaldo Melo (PMDB), reuniu os parlamentares em seu gabinete, na manhã de ontem (13), para tratar do I Encontro dos Legisladores Municipais do Maranhão que a Casa realiza no dia 6 de dezembro no Centro de Comunicações Pedro Neiva de Santana, no Sebrae. O tema

central do encontro será "A Missão das Câmaras Municipais na Democracia Brasileira".

A programação, conforme informou, na oportunidade, o Diretor Institucional da AL, Ivan Sarney, inicia às 8h do dia 6 de dezembro, com o pronunciamento do presidente Arnaldo Melo. Às 9h, o ministro Raimundo Carreiro, do Tribunal de Contas da União, dá início ao ciclo de palestras com o tema "A vivência no parlamento". O tema "A missão das Câmaras Municipais na Democracia Brasileira" terá como palestrante o desembargador José Bernardo Rodrigues, corregedor do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Outros temas a serem abordados no encontro são: "Lei Orgânica,

Regimento Interno e Processo Legislativo", tendo como palestrante o Procurador Legislativo da Câmara Municipal de São Luís, Samuel Melo; "Estatuto da Cidade", a cargo do Dr. Luis Fernando Cabral Barreto, promotor de Justiça do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico do Maranhão; "Lei de Responsabilidade Fiscal", cujo palestrante será o Dr. José Ribamar Caldas Furtado, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e "Produtos da Interlegis" que terá como palestrante o Dr. Haroldo Tajra, presidente da Interlegis.

Durante a reunião, o presidente da Assembleia, Arnaldo Melo, disse que está faltando referência e apoio institucional aos vereadores no interior do Estado, daí a prioridade na

realização desse Encontro. E convocou os deputados a um esforço conjunto para trazer a maioria dos mais de 2370 vereadores eleitos no Estado ao I Encontro de Legisladores Municipais do Maranhão. A idéia do presidente é que depois desse primeiro encontro a relação de aproximação entre vereadores e deputados se estreite mais ainda, através de encontros regionais que serão realizados a partir do próximo ano.

O presidente aproveitou para marcar a sessão de encerramento desta legislatura para o dia 20 de dezembro. Na noite do mesmo dia 20, será realizada a festa de Natal do Poder Legislativo durante solenidade reunindo deputados e servidores da Assembleia.

 DESVIO

PF prende ex-prefeito

Antônio Soares Pedrosa, ex-gestor de Bom Jardim, é acusado de apropriação de verbas de convênio entre o município e o Ministério da Educação para reformas de escolas

ISMAEL ARAÚJO

O ex-prefeito da cidade de Bom Jardim, Antônio Soares Pedrosa, conhecido como "Fogoió", de 58 anos, foi preso pela Polícia Federal, na última segunda-feira. Segundo informações da assessoria de comunicação da PF, o ex-gestor é acusado de desvio e a apropriação de verbas de convênio firmado entre o município e o Ministério da Educação para reformas de escolas públicas durante a sua gestão, que ocorreu

entre os anos de 1989 a 1992. Ainda de acordo com a PF, o gestor foi localizado na cidade de Pirapemas e foi fruto do cumprimento de um mandado expedido pelo juiz federal da 1ª Vara Criminal em São Luís. Ele foi condenado a quatro anos de detenção pelo crime de desvio de verbas públicas e, ainda ontem, foi encaminhado ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde vai permanecer à disposição da Justiça.

Ainda na tarde de terça-feira, o site do Ministério Público Federal

no Maranhão (MPF/MA) noticiou que o ex-prefeito desviou, também, recursos repassados ao município pelo extinto Ministério da Ação Social durante sua gestão. De acordo com a denúncia do MPF/MA, o dinheiro repassado para a prefeitura, em forma de convênio, foi recebido com a finalidade de conclusão das obras do conjunto habitacional Vila Muniz, destinado à construção de 200 casas para as famílias carentes dessa cidade. No entanto, o Tribunal de Contas da União no Maranhão (TCU/MA) constatou



Após depor na sede da Polícia Federal em São Luís, Antônio Soares Pedrosa foi encaminhado para a Penitenciária de Pedrinhas

diversas irregularidades na prestação de contas e instaurou tomada de contas especial do ex-prefeito, o que resultou na condenação de Antônio Pedrosa ao pagamento de CR\$ 49.124.720,00 (moeda que vigorava à época do desvio).

O ex-prefeito apresentou duas prestações de contas referentes ao mesmo convênio, sendo a primeira datada de 16 de julho de 1991 e a segunda de 29 de dezembro de 1992, com várias informações contraditórias, o que contribuiu para

a suspeita do desvio de recursos públicos. Foi descoberto, também, que todos os recursos foram gastos em fevereiro de 1991, enquanto os documentos de licitação e despesas constantes da segunda prestação de contas eram de novembro e dezembro de 1992, fora da vigência do convênio. A Justiça determinou que a pena privativa de liberdade fosse substituída por duas penas restritivas de direito, que consistem na prestação pecuniária de R\$ 2 mil ao município de

Bom Jardim e na prestação de serviços à comunidade. O ex-prefeito foi condenado também ao pagamento das custas judiciais.

O site do ministério ainda informou que esta não é a primeira vez que o ex-prefeito é acusado de desvio de recursos. Ainda na condição de prefeito de Bom Jardim, ele respondeu por várias ações penais exatamente sobre desvio de verbas, tendo sido condenado por desviar dinheiro destinado à construção de poços artesanais.

Alcântara

Ex-vereador é condenado por improbidade administrativa

O ex-presidente da Câmara Municipal de Alcântara, Ramilton das Mercês Lemos Pereira, foi condenado por improbidade administrativa pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em sessão nesta terça-feira (13). Além de ter que ressarcir os cofres municipais, ele está proibido de contratar com o Poder Público pelo prazo de três anos.

O ex-vereador, que teve também os direitos políticos suspensos, foi condenado inicialmente pelo juízo da comarca de Alcântara, após ter sido acionado pelo Ministério Público Estadual, que o acusou de improbidade administrativa por vários atos irregulares no exercício do cargo, como emissão de ordem de pagamento sem assinatura dos credores; comprovação de despesas de documentos rasurados e notas fiscais inidôneas.

Em recurso, Ramilton Pereira pedia a reforma do julgamento, argumentando

que teria prestado as contas de seus atos enquanto agente público, o que o isentaria de irregularidades.

Contestando os argumentos da defesa, o relator do processo, desembargador Marcelo Carvalho, explicou que a Lei de Improbidade tem o objetivo de punir agentes públicos que agem contra os princípios constitucionais da Administração Pública. No caso, destacou as diversas condutas atestadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), que julgou irregulares as contas apresentadas pelo presidente da Câmara no exercício financeiro de 1997.

O relator entendeu estar devidamente caracterizada a vontade livre e consciente do ex-vereador em agir contra a lei de improbidade, ao cometer diversos atos ilegais.

O voto do magistrado, mantendo a condenação, foi seguido pelos desembargadores Vicente de Paula Castro e Jorge Rachid (substituto).

CNJ: ANULADA SESSÃO QUE PROMOVEU JUÍZA MARANHENSE

INFORME JP - PÁGINA 3

Anulada sessão que promoveu juíza

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concedeu provimento parcial ao recurso administrativo 0002246-76.2012 para anular a sessão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ-MA) em que ocorreu a promoção por merecimento da juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira. O objetivo é aguardar que sejam refeitos os cálculos de produtividade da juíza, utilizando-se dados de serventias que tenham distribuição semelhante aos da magistrada. A decisão foi aprovada pelos conselheiros do CNJ nesta terça-feira (13), durante 158ª sessão plenária.

Com os votos de sete conselheiros, ficou decidido que o TJ-MA deverá proceder a novo julgamento, a fim de avaliar de forma mais justa a produtividade da magistrada. A medida, segundo o conselheiro José Roberto Neves Amorim, revisor do processo, está adequada ao artigo 6º da Resolução n. 106/2010, que fixa parâmetros de avaliação de produtividade para a promoção dos juízes por merecimento, como número de audiências realizadas, acórdãos e conciliações realizadas e decisões proferidas.

A decisão foi seguida pelos conselheiros Silvio Rocha, Emmanuel Campelo, Gilberto Valente, Jefferson Kravchychyn, Jorge Hélio e Bruno Dantas, que defenderam a adoção de critérios objetivos para aferir os requisitos para a promoção dos magistrados.

■ Improbidade

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça condenou ontem o ex-presidente da Câmara Municipal de Alcântara Ramilton das Mercês Lemos Pereira, por improbidade administrativa.

Ramilton terá que ressarcir os cofres municipais e está proibido de contratar com o Poder Público pelo prazo de três anos. O ex-vereador teve ainda os direitos políticos suspensos.

O ex-presidente da Câmara de Alcântara foi denunciado pelo Ministério Público, que o acusa de vários delitos no exercício do cargo, entre os quais: emissão de ordem de pagamento sem assinatura dos credores, comprovação de despesas de documentos rasurados e notas fiscais inidôneas.

DESCE ↓
O ex-presidente da Câmara Municipal de Alcântara, Ramilton das Mercês Lemos Pereira, foi condenado por improbidade administrativa pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Além de ter que ressarcir os cofres municipais, ele está proibido de contratar com o Poder Público pelo prazo de três anos.



O Poder Judiciário incrementou a segurança jurídica por meio de alguns institutos, como a súmula vinculante, arguição de relevância, dentre outros, facilitando as decisões nos tribunais superiores, com grande efeito na realidade social. Com os efeitos da proteção contratual e da segurança jurídica, tem contribuído para o desenvolvimento econômico e social brasileiro”, diz o magistrado titular da Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher de São Luís, Nelson Moraes Rêgo, que entregou ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Antônio Guerreiro Júnior, sua tese de doutorado em direitos humanos, sobre a temática “La Contribución del Poder Judicial La Protección de Los Derechos Humanos de Tercera Generación, Especial Referencia al Derecho al Desarrollo” (A contribuição de Proteção Judicial dos Direitos Humanos de Terceira Geração, Referência Especial para o Direito ao Desenvolvimento)”, concluída em 16 de outubro na Universidade de Salamanca (Espanha).

SOBE ↑ TJ, DPE e OAB assinaram convênio para viabilizar centros de conciliação. Dois Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), localizados no Fórum Desembargador Sarney Costa e na Rua do Egito, foram inaugurados para o cidadão poder buscar acordos e solucionar demandas de seu interesse.

Assembleia realizará encontro de vereadores eleitos no Maranhão

O presidente da Assembleia Legislativa, Arnaldo Melo, tratou, ontem, com os parlamentares, do I Encontro dos Legisladores Municipais do Maranhão que a Casa realiza no dia 6 de dezembro no Centro de Comunicações Pedro Neiva de Santana, no Sebrae. O tema central do encontro será "A Missão das Câmaras Municipais na Democracia Brasileira".

A programação, conforme informou, na oportunidade, o Diretor Institucional da AL, Ivan Sarney, inicia às 8h do dia 6 de dezembro, com o pronunciamento do presidente Arnaldo Melo. Às 9h, o ministro Raimundo Carreiro, do Tribunal de Contas da União, dá início ao ciclo de palestras com o tema "A vivência no parlamento". O tema "A missão das Câmaras Municipais na Democracia Brasileira" terá como palestrante o desembargador José Bernardo Rodrigues, corregedor do Tribunal

de Justiça do Maranhão.

Outros temas a serem abordados no encontro são: "Lei Orgânica, Regimento Interno e Processo Legislativo", tendo como palestrante o Procurador Legislativo da Câmara Municipal de São Luís, Samuel Melo; "Estatuto da Cidade", a cargo do Dr. Luis Fernando Cabral Barreto, promotor de Justiça do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico do Maranhão; "Lei de Responsabilidade Fiscal", cujo palestrante será o Dr. José Ribamar Caldas Furtado, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e "Produtos da Interlegis" que terá como palestrante o Dr. Haroldo Tajra, presidente da Interlegis.

O presidente aproveitou para marcar a sessão de encerramento desta legislatura para o dia 20 de dezembro. Na noite do mesmo dia 20 será realizada a festa de Natal do Poder Legislativo durante solenidade reunindo deputados e servidores da Assembleia.

Comissão de Constituição e Justiça aprova pareceres a vários projetos

Na reunião desta terça-feira (13) pela manhã, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Assembleia Legislativa aprovou pareceres a vários projetos, um deles de iniciativa do Tribunal de Justiça, que cria no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão cargos destinados à Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário no TJ.

A sessão foi conduzida pelo presidente da CCJ, Manoel Ribeiro (PTB), e participaram também os deputados Tatá Milhomem (PSD), Eduardo Braide (PMN), Vianey Bringel (PMDB), Carlinhos Florêncio (PHS) e Stênio Rezende (PMDB). O projeto do Judiciário foi relatado por Milhomem.

Carlinhos Florêncio foi o relator do projeto de lei de

autoria da deputada Francisca Primo (PT), que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras no âmbito do estado. Passou também o parecer em redação final do projeto do deputado Jota Pinto (sem partido), que obriga a remessa de contratos firmados por meio de call center ou similar aos contratantes, relatado por Manoel Ribeiro.

Outro projeto em redação final que foi aprovado é de autoria do deputado Rigo Teles (PV), que dispõe sobre normas de proteção e segurança dos consumidores nos estacionamentos privados, relatado pelo deputado Eduardo Braide.

O terceiro projeto em redação final que passou é de autoria do deputado Marcos Caldas (PTdoB), que obriga fabricantes

e empresas de distribuição de medicamentos, a procederem à coleta seletiva e destinação adequada de medicamentos vencidos e implantar política de informação sobre os riscos causados por esses produtos no âmbito do estado, cujo relator foi Manoel Ribeiro.

Foram aprovados ainda quatro pareceres a projetos de decreto legislativo, de autoria do deputado Roberto Costa (PMDB), que concedem a Medalha do Mérito Legislativo José de Ribamar de Oliveira "Canhoteiro" ao presidente do Sampaio Correa, Sérgio Frota, relatado por Carlinhos Florêncio; a Manoel Ribeiro (relator Tatá Milhomem); a Jurandir Santos (in memoriam), relatado por Eduardo Braide; e à equipe do Sampaio Corrêa Futebol Clube do ano de 2012, relatado por Milhomem.

Conciliação

Louve-se o Tribunal de Justiça do Maranhão que acaba de instalar quatro centros de negociações de processos em São Luís. Nos últimos dias, a movimentação nesse sentido, na capital, tem sido intensa. A ideia de dirimir dissídios por meio da conciliação é antiga e provavelmente nasceu com as Juntas de Conciliação e Julgamento, criadas por Getúlio Vargas e extintas no ano de 1999. Hoje, praticamente todos os tribunais do país mantêm centros de conciliação.

Em São Luís há o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. E com a criação dos Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania fica muito mais fácil buscar acordos para solucionar disputas judiciais. A conciliação traz, em primeiro lugar, a oportunidade de evitar processos judiciais longos e desgastantes e funciona como raro instrumento de pacificação social.

A conciliação, entretanto, ainda não é uma prática judicial a que as pessoas recorram com

a constância devida, em muitos casos por puro desconhecimento. Estatísticas mostram que no Brasil metade das pessoas convidadas para participar de um processo de conciliação não demonstra interesse em entrar num acordo. Mesmo assim, 70 % dos conflitos que aderem a esse tipo de julgamento acabam com um acordo entre as partes.

As principais questões atendidas pelo método consensual são relativas a dinheiro, como dívidas com cartão de crédito, problemas com convênios médicos, financiamentos, pagamento de gastos com acidentes automobilísticos e dívidas com prestadoras de serviços. São problemas que, mais cedo ou mais tarde, vão ao encontro de todo cidadão e que não valem a perda de tempo e desgaste na Justiça para que se chegue a uma solução. O caminho, em São Luís, a partir de agora, são os Centros Judiciários de Soluções de Conflitos, localizados na Rua do Egito, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Uniceuma da Cohama e no Uniceuma do Renascença II. *(JM Cunha Santos)*